

Clipping Diário

TJPI



31/07/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	30/07/19		

2ª e 3ª Varas de Piri-piri recebem Selo 100% Digital

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Hilo de Almeida Souza entregou nesta segunda-feira os Selos Varas 100% Digital às 2ª e 3ª Varas da Comarca de Piri-piri, a 180 km de Teresina. A entrega dos certificados aconteceu durante a solenidade de inauguração das obras de reforma e ampliação da sede do Fórum Desembargador João Turbino Monteiro de Santana na cidade.

Com o apoio do CEAS, foram migrados ao todo pouco mais de 2 mil processos para o PJe. Com essas duas unidades, já são 18 unidades judiciárias 100% Digital. “Em Piri-piri foram concretizadas duas provas de que o Poder Judiciário avança em duas frentes essenciais. Uma física e outra inteligente, mas tão importante quanto. O novo Fórum vai garantir um atendimento jurisdicional mais completo e de mais qualidade para as pessoas. Além de possibilitar melhores condições de trabalho para nossos servidores e magistrados. Já a digitalização de processos vai tornar toda prestação jurisdicional mais célere, facilitando a vida das partes, trazendo mais transparência, diminuindo os custos e aumentando a nossa produtividade. Isso reflete na maior missão do Judiciário. Servir às pessoas, com segurança e Justiça”, destacou o Corregedor Geral da Justiça.

Ele ressaltou que, com três meses de iniciado o Projeto, a CGJ já digitalizou 30 mil processos. “Isso corresponde a 20% do total de 142 mil processos do Judiciário Piauiense na área cível. Nossa meta é, até o final da nossa gestão, termos 100% dos nossos processos digitalizados”, garantiu o desembargador.

O Corregedor chamou atenção para o caráter pioneiro e criativo do Projeto. “Isso é ainda mais significativo se levarmos em consideração que tudo está sendo feito por nossos servidores, a partir de uma força de trabalho criativa e inteligente. Para acelerar ainda mais, passamos a contar com a parceria do Exército Brasileiro, que vem fazendo um grande trabalho”, destacou.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	30/07/19		

Justiça Presente: TJ, CNJ e Governo do Estado discutem ações voltadas à empregabilidade de detentos e egressos

Empregabilidade de pessoas encarceradas e de egressos do sistema prisional. Esse foi o tema de reunião promovida na manhã desta terça-feira (30), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), com representantes do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), da Vara de Execuções Penais (VEP) da comarca de Teresina e do Governo do Estado do Piauí. A iniciativa faz parte do projeto Justiça Presente, desenvolvido pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o Brasil com o intuito de assegurar maior humanização à execução penal no país.

Durante o encontro, foram discutidas demandas relacionadas ao cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013, segundo a qual 5% das vagas de emprego em empresas terceirizadas contratadas pelos órgãos públicos do Estado do Piauí devem ser destinadas a egressos do sistema prisional, além de novas iniciativas de ressocialização dos presos por meio do trabalho.

Estiveram presentes à reunião o desembargador Sebastião Martins, presidente do TJ-PI; o juiz Vidal de Freitas, titular da Vara de Execuções Penais (VEP); Merlong Solano, secretário estadual de Administração; Gabriela Lacerda, coordenadora do Programa Justiça Presente no Piauí; Michelle Travassos, diretora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI); representantes da Secretaria Estadual de Justiça, da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí e da Secretaria de Governo do Estado do Piauí.

De acordo com o desembargador Sebastião Martins, a reunião foi importante no sentido de estimular que o governo estadual também cumpra a Lei Estadual nº 6.344. Para o desembargador, “o sentido da prisão é a reeducação”. “Atualmente, apenas o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Justiça estão cumprindo essa lei de reserva de vagas para egressos do sistema prisional. Aproveitamos a reunião de hoje, com a presença do Secretário de Administração, para tratarmos desse assunto, e a partir de agora eles irão fiscalizar o cumprimento dessa lei”, declara.

Durante o encontro, foi sugerida a implementação de unidades de trabalho dentro dos presídios piauienses, tomando como exemplo iniciativas de outros estados do Brasil, como Santa Catarina. Para o magistrado Vidal de Freitas, levar trabalho para o apenado piauiense é uma medida de profundo impacto em seu processo de ressocialização. “Nosso desejo é que se façam parcerias com a iniciativa privada para que ela estabeleça unidades de trabalho dentro dos presídios, de forma que contratem presos”, assevera o magistrado. “Assim, os apenados podem sustentar suas famílias,

ressocializar e ter uma formação profissional de qualidade”, ressalta, acrescentando que as empresas que contratarem presos gastarão menos com funcionários. “O contrato seria regido pela Lei de Execução Penal, e não pela CLT”, esclarece.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Diário do Povo	30/07/19		

Presidente do TJ-PI destaca importância da efetividade da prestação jurisdicional durante inauguração de Fórum e JECC de Piripiri

Com um investimento de R\$ 4.351.661,79, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, inaugurou, na noite desta segunda-feira (29), as obras de reforma e ampliação da sede do Poder Judiciário estadual na cidade de Piripiri (a 180 km). Durante a solenidade, o presidente do TJ-PI destacou a necessidade de tal investimento ser revertido na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional.

A área reformada foi de 697,00 m² e a área de ampliação foi equivalente a 1.146,00 m². Com as obras, o Fórum Desembargador João Turíbio Monteiro de Santana, composto por três varas completas (com protocolo, secretarias, salas de audiência, assessorias, gabinetes e recepção), auditório com capacidade para 88 pessoas, Central de Mandados e salas para órgãos auxiliares (Defensoria Pública, Ministério Público, e OAB), passou a abrigar também o Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) Desembargador Osiris Neves de Melo Filho e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

O desembargador Sebastião Ribeiro Martins destacou a importância da obra para a efetivação da melhoria da prestação jurisdicional. “Estamos entregando hoje um fórum modernizado, reformado e ampliado. Na verdade, é um novo fórum. Estamos dando melhores condições de trabalho a magistrados, servidores, promotores, defensores, advogados e, principalmente, de atendimento ao jurisdicionado. É importante que esse investimento seja revertido na melhoria da prestação jurisdicional”, declarou o presidente do TJ-PI.

Para o diretor do Fórum, magistrado Raimundo José Gomes, titular da 2ª Vara da comarca de Piripiri, a nova estrutura, mais adequada ao dia a dia forense, atende às demandas locais, viabilizando uma prestação de serviço de maior qualidade à população. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí (OAB-PI), Celso Barros Neto, também destacou a grandeza da obra e afirmou que o novo prédio dará melhores condições de atuação aos operadores do Direito. Em nome dos piripirienses, o prefeito Luís Menezes agradeceu ao Tribunal de Justiça pelo investimento realizado e ressaltou a relevância de uma maior proximidade entre Judiciário e população.

Selo Digital

Durante a solenidade, o corregedor-geral da Justiça do Estado do Piauí, desembargador Hilo Almeida, agraciou as 2ª e 3ª Varas da comarca de Piri-piri com o “Selo 100% Digital”, que reconhece o trabalho de digitalização de todos os processos cíveis em tramitação nessas unidades. “A digitalização é um caminho sem volta. Esse é um desafio do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, que será concluído graças ao empenho dos nossos servidores e magistrados. Além de mais agilidade na execução dos trabalhos, os servidores ganham em qualidade de trabalho”, avaliou.

Solenidade

A solenidade de inauguração da nova sede do Poder Judiciário estadual na cidade de Piri-piri contou com a presença ainda dos desembargadores Oton Mário Lustosa, vice-corregedor geral da Justiça do Estado do Piauí, Raimundo Nonato da Costa Alencar, coordenador da Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude, Fernando Lopes, diretor-geral da Escola Judiciária do Estado do Piauí, e Pedro Macedo; dos demais juizes que atuam na comarca de Piri-piri, magistrados Maria do Rosário de Fátima Dias, Maria Helena Cavalcante e Antônio Oliveira; do secretário geral do TJ-PI, José Wilson Araújo; do presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, juiz Thiago Brandão; do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, Carlos Eugênio de Sousa; do secretário estadual de Administração, Merlong Solano; do deputado federal Assis Carvalho; do deputado estadual Marden Menezes; além de magistrados, servidores e autoridades locais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal AZ	30/07/19		

Justiça e Governo discutem cumprimento de lei que determina vagas de emprego para ex-presidiários

Durante o encontro, foi ainda sugerida a implementação de unidades de trabalho dentro dos presídios piauienses

Por Redação do Portal AZ, 30 de jul de 2019, 14:49



O Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça e o Governo do Piauí discutiram nesta terça-feira (30) sobre o cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013 que estabelece que 5% das vagas de emprego em empresas terceirizadas contratadas pelos órgãos públicos do Estado do Piauí devam ser destinadas a egressos do sistema prisional. Na oportunidade, foi tratado ainda a respeito de novas iniciativas de ressocialização dos presos por meio do trabalho que devem ser cumpridas.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Martins, a reunião foi importante no sentido de estimular o governo também a cumprir a Lei Estadual nº 6.344.



A iniciativa faz parte do projeto Justiça Presente, desenvolvido pelo Conselho Nacional da Justiça
Foto: TJ/PI

"Atualmente, apenas o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Justiça estão cumprindo essa lei de reserva de vagas para egressos do sistema prisional. Aproveitamos a reunião com a presença do secretário de administração, para tratarmos desse assunto, e a partir de agora eles irão fiscalizar o cumprimento dessa lei", afirma o desembargador.

A iniciativa faz parte do projeto Justiça Presente, desenvolvido pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) em parceria com o PNUD e os Tribunais de Justiça de todo o Brasil com o intuito de assegurar maior humanização à execução penal no país.

Durante o encontro, foi ainda sugerida a implementação de unidades de trabalho dentro dos presídios piauienses, tomando como exemplo iniciativas de outros estados do Brasil, como Santa Catarina.

Para o magistrado Vidal de Freitas, juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) da comarca de Teresina levar trabalho para o apenado piauiense é uma medida de profundo impacto em seu processo de ressocialização.

"Nosso desejo é que se façam parcerias com a iniciativa privada para que ela estabeleça unidades de trabalho dentro dos presídios, de forma que contratem presos", assevera o magistrado. "Assim, os apenados podem sustentar suas famílias, ressocializar e ter uma formação profissional de qualidade", ressalta, acrescentando que as empresas que contratarem presos gastarão menos com funcionários. "O contrato seria regido pela Lei de Execução Penal, e não pela CLT", esclarece Vidal de Freitas.

Estiveram presentes à reunião o desembargador Sebastião Martins, presidente do TJ-PI; o juiz Vidal de Freitas, titular da Vara de Execuções Penais (VEP); Merlong Solano, secretário estadual de Administração; Gabriela Lacerda, coordenadora do Programa Justiça Presente no Piauí; Michelle Travassos, diretora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI); representantes da Secretaria Estadual de Justiça, da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí e da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	30/07/19		

População ganha Fórum reformado em Piripiri

PARA PRESIDENTE DO TJ, SEBASTIÃO MARTINS, NOVAS INSTALAÇÕES DEVEM RESULTAR EM MELHOR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

30/07/2019 11:23 - Atualizado em 30/07/2019 11:35

Com um investimento de R\$ 4.351.661,79, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, inaugurou, na noite desta segunda-feira (29), as obras de reforma e ampliação da sede do Poder Judiciário estadual na cidade de Piripiri (a 180 km). Durante a solenidade, o presidente do TJ-PI destacou a necessidade de tal investimento ser revertido na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional.

A área reformada foi de 697,00 m² e a área de ampliação foi equivalente a 1.146,00 m². Com as obras, o Fórum Desembargador João Turíbio Monteiro de Santana, composto por três varas completas (com protocolo, secretarias, salas de audiência, assessorias, gabinetes e recepção), auditório com capacidade para 88 pessoas, Central de Mandados e salas para órgãos auxiliares (Defensoria Pública, Ministério Público, e OAB), passou a abrigar também o Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) Desembargador Osiris Neves de Melo Filho e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

O desembargador Sebastião Ribeiro Martins destacou a importância da obra para a efetivação da melhoria da prestação jurisdicional. “Estamos entregando hoje um fórum modernizado, reformado e ampliado. Na verdade, é um novo fórum. Estamos dando melhores condições de trabalho a magistrados, servidores, promotores, defensores, advogados e, principalmente, de atendimento ao jurisdicionado. É importante que esse investimento seja revertido na melhoria da prestação jurisdicional”, declarou o presidente do TJ-PI.

Para o diretor do Fórum, magistrado Raimundo José Gomes, titular da 2ª Vara da comarca de Piripiri, a nova estrutura, mais adequada ao dia a dia forense, atende às demandas locais, viabilizando uma prestação de serviço de maior qualidade à população. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí (OAB-PI), Celso Barros Neto, também destacou a grandeza da obra e afirmou que o novo prédio dará melhores condições de atuação aos operadores do Direito. Em nome dos piripirienses, o prefeito Luís Menezes agradeceu ao Tribunal de Justiça pelo investimento realizado e ressaltou a relevância de uma maior proximidade entre Judiciário e população.

SELO DIGITAL

Durante a solenidade, o corregedor-geral da Justiça do Estado do Piauí, desembargador Hilo Almeida, agraciou as 2ª e 3ª Varas da comarca de Piripiri com o “Selo 100% Digital”, que reconhece o trabalho de digitalização de todos os processos cíveis em tramitação nessas unidades. “A digitalização é um caminho sem volta. Esse é um desafio do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, que será concluído graças ao empenho dos nossos servidores e magistrados. Além de mais agilidade na execução dos trabalhos, os servidores ganham em qualidade de trabalho”, avaliou.

SOLEINIDADE

A solenidade de inauguração da nova sede do Poder Judiciário estadual na cidade de Piripiri contou com a presença ainda dos desembargadores Oton Mário Lustosa, vice-corregedor geral da Justiça do Estado do Piauí, Raimundo Nonato da Costa Alencar, coordenador da Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude, Fernando Lopes, diretor-geral da Escola Judiciária do Estado do Piauí, e Pedro Macedo; dos demais juízes que atuam na comarca de Piripiri, magistrados Maria do Rosário de Fátima Dias, Maria Helena Cavalcante e Antônio Oliveira; do secretário geral do TJ-PI, José Wilson Araújo; do presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, juiz Thiago Brandão; do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, Carlos Eugênio de Sousa; do secretário estadual de Administração, Merlong Solano; do deputado federal Assis Carvalho; do deputado estadual Marden Menezes; além de magistrados, servidores e autoridades locais.